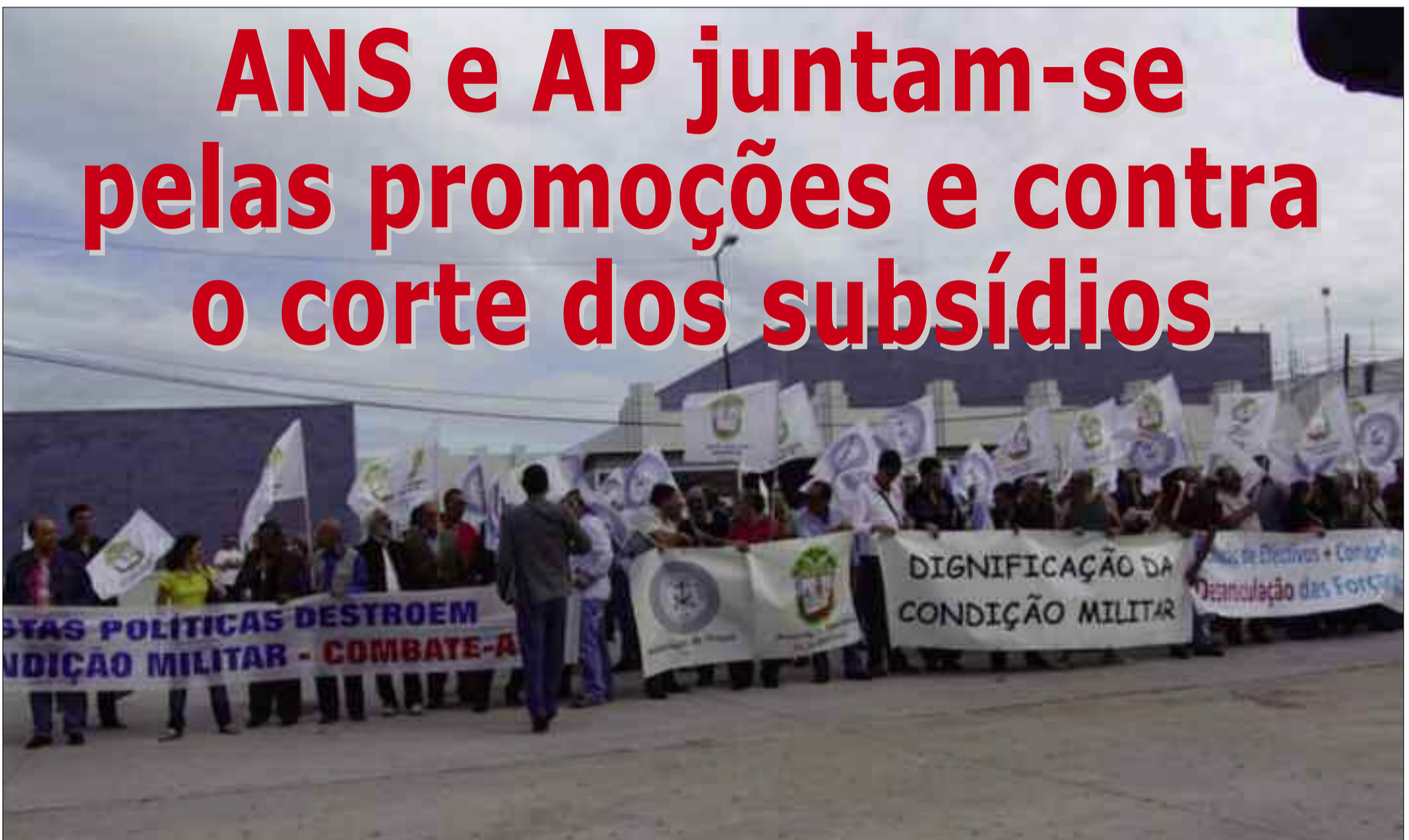


O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXI • agosto/setembro 2012 • Nº 81

ANS e AP juntam-se pelas promoções e contra o corte dos subsídios



Suplemento
de Residência

*Importante
decisão
do Tribunal*

Pág. 3

**VI Encontro Nacional
de Sargentos
aprova “Caderno
de Aspirações”**

Pág. 8

**O QUE NOS TÊM ROUBADO
NO VENCIMENTO**

Pág. 16

FECHAM-NOS

AS PORTAS,

RESTA-NOS

A RUA!

O primeiro semestre de 2012 caracterizou-se, ao nível associativo, por um combate intenso e diversificado, em que os Sargentos de Portugal e a sua associação representativa - a ANS - deram mostras do seu empenho e unidade na defesa dos seus mais que legítimos direitos e da condição militar.

Dando sequência às históricas lutas do final do ano anterior, promoveram encontros, debates, concentrações, vigílias, petições, solicitaram audiências com o governo, grupos parlamentares, comissão de defesa nacional e chefias militares. Em todas estas iniciativas denunciaram os diferentes ataques à Condição Militar, as medidas descaracterizadoras da Instituição Militar, as ilegalidades e injustiças cometidas pela administração, mas ainda e também o efeito negativo para a operacionalidade e para o cumprimento da missão decorrente da aplicação cega das medidas impostas pelo governo.

Da Presidência da República, as solicitações feitas, mereceram o mutismo, fazendo-se ouvir somente em momentos solenes com palavras bonitas (que nos honram, evidentemente), para de seguida voltar o mutismo complacente, como quem assobia para o ar e nada se passasse (tome-se como exemplo a reacção (?) à recente decisão do Tribunal Constitucional).

Na Assembleia da República, os grupos parlamentares da “Troika Lusitana” ouvem, fazem um esforço por parecerem simpáticos, mas acabadas as audiências (respiram fundo) tudo continua como se não tivessem existido. Diferente é o comportamento dos grupos parlamentares mais pequenos, mas por o serem, não conseguem contrariar a posição maioritária dos outros grupos mas, por ser verdade e justo, não podemos deixar de realçar o seu empenho, interesse demonstrado e solidariedade expressa.

Por parte do governo, o ministro da Defesa Nacional persiste em não dialogar, em não cumprir o determinado nas Leis Orgânicas n.º 3 e n.º 4, aprovadas por unanimidade na Assembleia da República em 2001. Toma medidas que afetam negativamente as Forças Armadas, provocam a sua descaraterização, põem em causa a normalidade da vida das unidades militares e a sua operacionalidade e, por conseguinte, o cumprimento da missão. Perante as justas e necessárias denúncias das associações profissionais de militares, com destaque para a ANS, comporta-se como “dama ofendida” refugiando-se no não diálogo, mesmo quando o contrário é dito à comunicação social e mesmo quando prometido pelo gabinete do primeiro-ministro. Provavelmente pensa que blindando as portas do seu ministério algo de positivo possa ocorrer, no sentido da resolução dos problemas. Puro engano, como a vida tem vindo a demonstrar.

Outros órgãos de Estado vão no mesmo sentido. A Provedoria de Justiça, a quem apresentámos uma queixa coletiva com mais de mil assinaturas e que teve o mesmo desfecho das várias queixas individuais apresentadas por camaradas nossos sobre diversas matérias - o arquivamento! Queixa apresentada, queixa arquivada! Os tribunais, com a reforma das taxas e custas judiciais, passando-as para valores inoportáveis ao comum dos cidadãos, tornam praticamente impossível por esta via o seu acesso, impedindo-nos de defender os nossos direitos perante os abusos da administração. Hoje em dia, para nós, nos tribunais, há quem pense que só há um lugar - o banco dos réus!

Com as portas fechadas nos locais e instituições onde deveria ser possível fazer valer os nossos direitos, quem não se resigna, quem tem honra e dignidade, quem não abdica do que mais elementar lhe pertence enquanto ser humano, enquanto cidadão, só lhe resta um local para se fazer ouvir, para clamar por justiça, para exercer os seus direitos constitucionais - a rua!

É nela que ultimamente temos lutado, não por gosto ou exibicionismo, mas por necessidade. Por ser o último reduto. Por não ter portas para fechar!

E enquanto todas as outras portas se mantiverem fechadas é nas ruas deste Portugal que reclamaremos a resolução dos nossos problemas.

Por tudo isto é compreensível o temor e a animosidade que quem nos governa e os seus arautos têm da “RUA”, mas também é nela, e dadas as circunstâncias, que a democracia se pratica e se cumpre! ▲

“É nela que ultimamente temos lutado, não por gosto ou exibicionismo, mas por necessidade. Por ser o último reduto. Por não ter portas para fechar!”

Suplemento de Residência

Importante decisão do Tribunal

Pela sua pertinência, oportunidade e alcance, transcrevemos duas notícias publicadas no jornal "Diário de Notícias", nos dias 5 e 10 de Junho de 2012.

DN 05JUN2012 - "Um juiz condenou o Ministério da Defesa a pagar a um Sargento da Armada o Suplemento de Residência pelos valores legalmente definidos e, para "a eventualidade" de isso não ocorrer, determinou que o comandante do ramo pague multas por cada dia de incumprimento e assumia as responsabilidades inerentes "à inexecução ilícita das decisões judiciais".

A decisão do tribunal de Braga foi lavrada em Março passado e já transitou em julgado, sem ter havido lugar a recurso, disse ao DN o advogado do queixoso - que viu ser o juiz "julga(r) pelo acolhimento" de um dos seus pedidos: que ficasse "explicitado logo um prazo para cumprimento" da sentença, pois "o réu nunca executa voluntariamente as sentenças ou acórdãos em que é condenado".

"Assim, para obviar a igual comportamento, decidimos por sujeitar o réu (no caso, a entidade a quem compete dar cumprimento ao decidido, o Chefe de Estado-Maior da Armada) a sanção pecuniária compulsória", escreveu o juiz, fixando-a "em 10% do salário mínimo nacional mais elevado em vigor, por cada dia que passa para lá do prazo".

Acresce que o comandante da Armada, almirante Saldanha Lopes, "incorre na responsabilidade prevista" pela chamada "inexecução ilícita das decisões judiciais", definida pelo Código de Processo nos Tribunais Administrativos (que envolve responsabilidades civil e disciplinar e pena de desobediência).

O advogado de acusação, Emanuel Pamplona, afirmou ao DN que "no Exército e na Força Aérea não há problemas" quanto ao pagamento dos suplementos de residência aos que residam a mais de 30 quilómetros da unidade onde estão colocados.

Quanto à Marinha, com base num documento interno intitulado "Normas provisórias para aplicação do suplemento de residência", apenas paga "um décimo ou 1/15 da quantia devida", informou Emanuel Pamplona.

O problema, segundo o advogado, é que aquele texto interno da Marinha continua em vigor apesar de o ramo ter perdido "todos os casos" que chegaram a tribunal.



Porquê? "Porque só se prova que os valores pagos são contra a lei" e não que eles são definidos "por causa desse despacho".

Na sequência desta decisão do Tribunal de Braga, uns dias depois o mesmo jornal noticiava o seguinte:

DN 10JUN2012 - "O chefe de Estado-Maior da Armada (CEMA) disse ao DN que vai alterar o despacho do ramo relativo ao pagamento do suplemento de residência, harmonizando-o com as regras seguidas pelo Exército e pela Força Aérea.

A decisão do Almirante Saldanha Lopes surge após a decisão do Tribunal de Braga em condenar a Marinha a pagar (a um sargento) os valores definidos na lei para esse suplemento. Além disso, como "o réu nunca executa voluntariamente as sentenças ou acórdãos em que é condenado", o juiz determinou que o CEMA ficasse sujeito a sanções pecuniárias por cada dia de incumprimento e assumisse as responsabilidades inerentes à "inexecução ilícita das decisões judiciais."

O despacho interno da Marinha data de meados dos anos 1990 e definiu "normas provisórias para aplicação do suplemento de residência" que, na prática, levava o ramo a pagar apenas "um décimo ou 1/15 da quantia devida", disse o advogado Emanuel Pamplona.

Estas duas notícias são peças de um mesmo assunto que há muito deveria ter o tratamento que é, geralmente, dado aos militares dos outros dois ramos. Contudo, estas notícias só foram possíveis porque resultam de um processo longo, em que foi determinante a persistência de quem continua a acreditar que vale a pena lutar e que é possível vencer, mesmo que demore algum tempo e consuma energias e meios, quando a razão existe. Que este exemplo se multiplique e que a anunciada intenção de alterar as ditas "Normas provisórias para aplicação do suplemento de residência" na Marinha se materialize para que o tratamento social justo seja uma realidade, independentemente da cor da farda que o militar envergue. ▲

Esta política afunda o País e as Forças Armadas

Em comunicado, divulgado em finais de Julho, a COMIL - Comissão de Militares - avalia a situação das Forças Armadas e os responsáveis pelo estado a que chegaram.

/// Muitos portugueses acreditaram nas promessas e projetos que os partidos PS, PSD e CDS apresentaram. E estes, desde 1976 têm alternadamente governado o país.

Mas como a situação do país se agrava, com o desemprego a aumentar, os cortes nos salários, os roubos dos subsídios e dos abonos de família, as dificuldades no pagamento do Complemento de Pensão de Reforma, os aumentos brutais dos artigos de 1ª necessidade, o agravamento desmesurado dos custos da saúde e educação dos filhos, o pagamento da casa ou da renda, está a criar nas populações uma situação tão grave que, por mais propaganda que o governo faça, não impede o que muitos já estão a fazer: a despertar, a de-

nunciar e a juntar-se a todos aqueles que se opõem há muito, a esta política de desastre", afirma a COMIL.

"É que existe uma alternativa! Ela é a aposta em Portugal e nos portugueses, nas suas riquezas e potencialidades. A dignificação do trabalho e dos trabalhadores. A interrupção deste ciclo de mais do mesmo - da mentira, do roubo, da corrupção, da infâmia, do compadrio. A aposta numas Forças Armadas ao serviço de Portugal e dos portugueses", adianta o comunicado, que reconhece que a situação existente nas Forças Armadas é filha da mesma política que vai levando Portugal para o desastre económico e social.

"Forças Armadas - uma preocupante situação! - Argumentam que vão ou estão a racionalizar a estrutura, os meios, a organização, a saúde militar, a organização da instituição, mas o que estão a fazer é apenas e só a destruir e a eliminar de forma cega, o que é básico e elementar na estruturação de umas Forças Armadas. Tentam convencer-nos que querem cons-

truir uma estratégia moderna e adequada às ameaças e ao mundo atual, mas o que fazem é seguir, caninamente, sem uma política própria, os ditados dos patrões NATO."

"Basta ler o que nos promete o ministro Aguiar Branco na sua diretiva sobre a "reforma" das Forças Armadas. Um documento que é claro nas intenções - acabar de vez com o empecilho de umas Forças Armadas e criar uma Força Armada ao serviço da dependência nacional. Basta ler o discurso do CEMEA nos 60 anos da Força Aérea, as afirmações do CEME sobre as promoções ou a notícia sobre a situação dos navios da Marinha para se ter uma ideia da gravidade dos problemas" afirma a COMIL nesta sua análise, terminando com um apelo à unidade da Família Militar:

"É portanto a hora de reforçar a unidade da família militar contra as novas medidas que vêm a caminho quanto ao EMFAR, Promoções, Saúde e Ensino Militares." ▲

PROMOÇÕES

Audiências com os Chefes de Ramo

Tal como veiculado, através da Nota Informativa desse mesmo dia, 28 de março, o secretário de Estado da Defesa (SED) convocou a ANS para uma reunião, na qual foi anunciado o objetivo de, em sede de Conselho de Ministro, alterar a Lei do OE 2012, de modo a poder proceder-se a promoções nas Forças Armadas. Este anúncio assentava em três eixos:

1 - Não podia haver acréscimo nas despesas com o pessoal;

2 - Descongelar, a partir de 1 de janeiro de 2012, o tempo de serviço para efeitos de promoção;

3 - A operacionalização caberia às Chefias, a quem competiria, na prática, decidir/propor à Tutela (MDN e Finanças) as promoções a efetuar.

Decidiu, então, a Direção da ANS solicitar, com caráter de urgência, audiências com todos os Chefes Militares, as quais viriam a ter lugar entre 30 de abril e 18 de maio. Do que foi dito nessas reuniões se dá aqui conta.

A agenda solicitada teve, justificadamente, como ponto fundamental as promoções. A este respeito, e com todos os CEM's, a ANS assumiu estar disponível para fazer parte da solução tal como estabelece a *Lei do direito de associação profissional dos militares* (LO 3/2001), até para que não viesse a acontecer o verificado com a aplicação do sistema retributivo dos militares em vigência (DL 296/2009) e consequente ato inspetivo da Inspeção Geral de Finanças.

Houve, contudo, oportunidade para introduzir outros temas, nomeadamente:

- O subsídio por morte, alterado na Lei do OE para 2012, foi drástica e sub-repticiamente reduzido;

- O problema da Saúde Militar, após sucessivas medidas de reestruturação, cujo resultado tem sido o corte nos direitos de toda a Família Militar;

- A ADM/IASFA, seja pela descapitalização de ambos, seja pelas, cada vez mais enfraquecidas assistências social e na doença;

- A falta de pagamento do Complemento de Pensão e descapitalização do Fundo de Pensões;

- Alunos-instruendos do Exército ainda por promover, usando passadeiras criadas para uso exclusivo na ESSE e inexistentes no próprio EM-FAR;

- Na Marinha, as promoções respeitantes a 2009 e 2010, antes do congelamento, não foram efectuadas;

- Em Outubro de 2012 haverá Primeiros Sargentos na Marinha a completarem 18 anos de posto;

- Divergências de interpretação e de entendimento da Lei têm suprimido, nalgumas situações, o pagamento de suplemento de serviço aéreo a militares da Força Aérea.

Lidas com a devida distância, tendo em conta os desenvolvimentos que o folhetim das promoções tem tido, as respostas das Chefias não avançaram,

à altura, muito mais informação que a existente. Todavia, desde o anúncio da medida até agora passaram quatro meses, e sete desde 1 de janeiro do corrente ano. E, apesar dos vários anúncios e indícios, cada vez mais consistentes, o que é facto é que as promoções ainda não aconteceram. Como nunca é demais recordar, os seus efeitos remuneratórios só começarão a produzir efeito no dia seguinte ao da sua publicação em DR...

CEMA, 30ABR12

O ALM CEMA, ALM Saldanha Lopes referiu estar à espera do texto da alteração do OE de 2012 que permitiria as promoções. Garantiu que o critério dos CEM's seria idêntico nos três Ramos. Era seu entendimento que o tempo desbloquearia para efeitos de promoção, mas que as progressões continuariam congeladas. Avançou ainda que as promoções ocorreriam por antiguidade, sendo que o universo dos que, por diuturnidade, reuniam já as condições de promoção seria prioritário. Mas, para além destas linhas gerais, não avançou informação mais concreta, justificando essa posição com a falta de publicação legislativa.

Já em relação a outros assuntos, o ALM CEMA, lamentando-o, afirmou não ter respostas. No caso do subsídio por morte, por exemplo, afirmou desconhecer o assunto; quanto aos retroativos devidos a centenas de camaradas após a colocação na tabela do sistema retributivo estatuído pelo DL 296/2009, disse, dando a entender não estar nas suas mãos a decisão sobre o pagamento desses montantes, não poder avançar mais informação.

Revelou preocupação sobre o que passa a nível assistencial, quer com o IASFA, quer com a ADM, quer ainda com a Saúde Militar, e com o que se passa com o Complemento de Pensão de Reforma e com o Fundo de Pensões. É sua opinião que se deve insistir sempre na ligação do conceito Condição Militar a estes direitos, de modo a que as soluções a encontrar nestas áreas sejam mais produtivas e menos lesivas desses mesmos direitos.

CEMGFA, 07MAI12

Devido a uma alteração de agenda inopinada, o GEN CEMGFA, GEN Esteves de Araújo, recebeu a delegação da ANS numa reunião breve. Confirmado o anúncio, quer quanto à forma quer quanto ao conteúdo, do SEADN, reafirmou a posição de que o procedimento e os critérios usados para as promoções seriam uniformes, com as devidas adaptações, nos três Ramos. Informou que já haviam sido enviados por ofício os mapas quantitativos de cada ramo e que essa informação estava a ser analisada, de modo a que a proposta fosse consensual para a tutela e para as Chefias, e que esse processo ainda levaria algum

tempo. De qualquer modo, o requisito de não aumentar as despesas com o pessoal estaria cumprido, uma vez que todos os Ramos haviam conseguido acomodar nos seus orçamentos as verbas necessárias para as promoções anunciadas. Mostrou-se, no entanto, preocupado por não ter notícia, à data, do trabalho de alteração legislativa (no DL 261/2009 - Quadros Orgânicos das FFAA, por exemplo) necessário à sua efetivação.

O CEMGFA também desconhecia a alteração à atribuição do subsídio por morte...

CEMFA, 17MAI12

A delegação da ANS, em relação ao assunto 'promoções', lamentou nesta audiência o facto de tudo estar a ser feito de modo pouco transparente. O GEN CEMFA, GEN Araújo Pinheiro, disse que 'o processo' (leia-se mapas de pessoal com estudo de impacto financeiro) andava numa fase de propostas/respostas entre a tutela e os Ramos, e não era possível avançar com mais, e mais clara, informação aos interessados (nós!).

Também estava muito preocupado com a ADM, o IASFA, o Fundo de Pensões e o Complemento de Pensão, preocupações às quais acresciam outras, relacionadas com a falta de incorporações e com as suas consequências para a Força Aérea. O não pagamento do suplemento de serviço aéreo, situação da qual demos conhecimento oficial ao CEMFA através de um Memorando, está correto, segundo a sua interpretação da Lei. Por isso não respondeu ao citado Memorando. Não tinha também qualquer conhecimento sobre as alterações ao subsídio por morte...

CEME, 18MAI12

O GEN CEME, GEN Pina Monteiro, após a exposição das preocupações reiterada pela delegação da ANS, reafirmou que a exigência de não aumentar as despesas com o pessoal para efetuar as promoções iria ser cumprida; que todas as promoções, apesar da dificuldade em o explicar à tutela, estavam justificadas; que o Exército conseguiu fazer esta 'adaptação', promovendo em todos os postos, ao mesmo tempo que logrou cumprir as metas de redução de pessoal. Mesmo assim o processo continuava demorado, pois havia muitas perguntas, dúvidas, contra-propostas, todas com o intuito de apresentar ao Ministério da Finanças uma proposta final isenta de erros e/ou justificação, no âmbito do funcionamento operacional do Exército. Mostrou-se igualmente preocupado com as alterações legislativas a levar a cabo para sustentarem 'estas promoções', bem como com a redução de incorporações.

Subsídio por morte? Não tinha conhecimento...

Depois desta ronda de audiências,

O "Folhetim" das Promoções

Quando em finais do ano passado, na sequência da grandiosa manifestação de 12 de Novembro em que participaram mais de dez mil militares e suas famílias, o MDN anunciou que iria desbloquear as promoções, foi criada uma enorme expectativa em todos quantos há muito tempo reuniam condições para tal.

Nesse momento foi criado um verdadeiro folhetim cujas páginas iam sendo viradas de acordo com a gestão cirúrgica dessas expectativas e com as ações de protesto que íamos levando a cabo.

Deste modo anunciavam-se promoções em março, que depois transitaram para finais de abril, adiadas para junho e até ao momento do encerramento deste jornal ainda não se concretizaram.

A medida que as páginas do folhetim vão sendo viradas, torna-se evidente que o dia da sua concretização fica mais próximo - até porque a pressão exercida é enorme - mas é preciso saber e não se sabe, quais os critérios, para além de não aumentar as despesas com pessoal, que presidem ou presidiram à elaboração das listas de promoção.

"A montanha pode vir a parir um rato", na opinião de Lima Coelho, presidente da ANS. "Muitos militares que reúnem condições de promoção desde 2011 poderão vir a não ser promovidos", adiantou a "O Sargento".

E continuando, Lima Coelho questiona: "Após estas promoções, com caráter extraordinário, o que acontecerá a todos aqueles que vierem a não ser promovidos e o que acontecerá a todos aqueles que reunirem as condições após estas promoções?"

"Tremos ter militares com as mesmas condições tratados de forma desigual?" interroga ainda o presidente da ANS, que termina afirmando "se tal acontecer é absolutamente inaceitável, razão pela qual não deixaremos cair os braços. Encontraremos a cada momento as formas de mobilizar os nossos camaradas para que lhes seja feita justiça". ▲

muita água correu debaixo da ponte. Muitos mais anúncios na comunicação social, números (mais de 5000 militares, 5 milhões de euros...), declarações, etc. Começaram a aparecer dados oficiais (listagens, conselhos para promoções dos vários Ramos, idas ao médico para inspeções...). A ANS já publicou oito comunicados em que o assunto 'promoções' foi abordado, de modo a desmistificar um folhetim que, apesar de tudo, parece estar a chegar ao fim (será mesmo?). Tal como o ano de 2012 (já passaram sete meses).

Nunca é demais recordar que em boa hora se pôs a nu a verdadeira intenção relativa às promoções, quando escarpelizamos o conteúdo do famigerado Artigo 20.º - o do Orçamento Retificativo. Esta iniciativa de denúncia das reais intenções de "promover sem pagar" veio fazer acelerar um processo que alguns pretendiam (e continuam a pretender) que se fizesse sem grande conhecimento das reais intenções, ao mesmo tempo que inflamadas declarações na imprensa dariam uma ideia e uma imagem totalmente distorcida da realidade.

Ainda que as promoções não venham a sair de borla, vão com certeza sair com uma grande promoção! ▲

Comemorações Populares do 25 de Abril

As associações, coletividades e juntas de freguesia da zona oriental de Lisboa promoveram, na Praça Paiva Couceiro, as comemorações populares da revolução do 25 de Abril, na noite de 24 para 25 de Abril.

A ANS integra a Comissão Promotora desde há vários anos, vindo a assumir uma destacada responsabilidade nos últimos anos. As comemorações constam de um variadíssimo espectáculo musical que, ano após ano, tem vindo a melhorar a sua qualidade artística, levando à Praça Paiva Couceiro um número crescente de assistentes.

A intervenção política da noite esteve a cargo do Coronel Duran Clemente - ilustre Capitão de Abril - que começou por fazer uma análise à situação política, económica e social que se vivia no anterior regime, passando de seguida a elencar as conquistas da revolução e o papel determinante que a Aliança Povo/MFA teve na sua implementação e conso-



lidação, bem como as suas consequências para a melhoria de vida dos portugueses.

No prosseguimento da sua importante e oportuna declaração, Duran Clemente fez a análise ao processo contra-revolucionário que se seguiu a partir do golpe do 25 de Novembro de 1975, que vem conduzindo a política portuguesa até aos dias de hoje.

Em forma de desafio, mas simultaneamente de esperança, aquele Capitão de Abril apelou aos portugueses anti-fascistas, democratas, patriotas, jovens e menos jovens, para não se resignarem, para cerrarem fileiras em torno dos ideais de Abril, para que o processo de destruição das conquistas de Abril e a política que as vem concretizando sejam derrotados.

A comemoração terminou com os presentes a cantar a "Grândola, Vila Morena" exatamente na passagem de 24 para 25, momento alto, pelo seu significado, e com o compromisso de no próximo ano ali estarmos com redobrada determinação na defesa dos ideais da revolução de Abril. ▲

Foram muitos mil a defender Abril!

A *mancha branca* que os militares costumam protagonizar, no desfile da Avenida da Liberdade, na tarde de 25 de Abril, deu lugar ao negro das capas e dos chapéus-de-chuva, mesclado com o branco das nossas bandeiras.

A chuva que teimou em cair ao longo de todo o dia não arrefeceu o ânimo e a determinação das dezenas de milhar de portuguesas e portugueses que percorreram toda a Avenida até ao Rossio.

Este facto é bem demonstrativo de

que os ideais do 25 de Abril estão presentes e bem vivos no consciente dos portugueses - é que quem ali estava não era por passeio ou meramente para ver; estava ali porque sentia a necessidade de o fazer, porque está determinado em defender Abril.

Durante o desfile, à medida que os militares passavam, identificados com uma faixa com os símbolos da ANS, AOFA e AP transportada pelos seus dirigentes, o povo anónimo da cidade de Lisboa aplaudia, gritando '25 DE ABRIL SEMPRE! FASCISMO

NUNCA MAIS!'

Se defender Abril se tornou, há muito, uma imperiosa necessidade democrática, nos tempos que correm es-

sa necessidade é por demais evidente; e a reposta dada por este grandioso desfile é bem a prova que *somos muitos, muitos mil para defender Abril!* ▲

O Cabeçudo

Num fórum político, após a discussão na Assembleia da República sobre 'o Estado da Nação', o primeiro-ministro defendeu as políticas que o Governo tem vindo a executar, não por ser teimoso, nem por ser cabeçudo.

Tal afirmação trouxe-me à memória o meu amigo Luís. Este meu amigo, quando entrou para a escola primária, invariavelmente chegava a casa triste e choroso, facto que começou a intrigar a sua mãe.

Um dia, preocupada, indagou:

- Luís, porque estás a chorar?

- Os meninos lá da escola chamam-me cabeçudo.

Em gestos largos, a mãe afagou a cabeça ao filho, procurando confortá-lo.

- Não és nada meu filho! Tu és um menino muito bonito, os outros meninos têm inveja de ti.

- Achas mãe?

- Claro filho! Eles têm é inveja, não lhes ligués.

Mais conformado o menino, a mãe pede-lhe para ir fazer um recado.

- Luís, vai à loja do Sr. Zé e traz 5 Kg de batatas, ele que ponha no rol, que a mãe depois paga.

- E onde trago as batatas, mãe?

- Na bóina, filho.

Já agora, depois desta divagação, também acredito que o Pedro Manuel não seja cabeçudo, mas não podendo afagar-te a cabeça com gestos largos, aconselho-te a comprar uma bóina. Assim, quando fores às compras, lá por Masamá, já tens com que as levar para casa.

Alfredo Correia
SCH REF ▲



10 de junho em Belém

Organizada pela Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes 2012, na qual a ANS e as outras APM's estão integradas desde há alguns anos, teve lugar, no passado dia 10 de junho, uma simbólica, significativa e emotiva cerimónia junto do monumento que homenageia todos aqueles que servindo nas Forças Armadas, desde o final dos anos cinquenta até aos dias de hoje, tombaram no cumprimento da missão.

Tendo como fundo os nomes destes milhares de militares, colocados nas paredes do Forte do Bom-Sucesso, o apoio dado por todos os participantes a esta cerimónia, presidida este ano pelo Tenente-General Manuel Vizela Cardoso, do Exército, contribuiu decisivamente para que a homenagem aos que caíram na defesa dos valores da Pátria tivesse de-

corrido com a maior dignidade, sendo disso testemunho os milhares de portugueses - militares, ex-combatentes, familiares e amigos - que ali voluntariamente compareceram e se associaram a tão relevante iniciativa.

Esta cerimónia tem como marca a única e exclusiva vontade de homenagear e reconhecer aqueles que servindo, sem se quererem servir, deram o bem mais precioso ao País - a própria vida.

Não é propriedade de ninguém em particular mas de todos os portugueses em geral, independentemente do seu credo, origem ou convicções, nem tem a preocupação da visibilidade mediática ou do oportunismo político ou eleitoralista.

Nesta cerimónia a ANS esteve representada pelo presidente António Lima Coelho e pelo vice-presidente Mário Ramos. ▲



Estado de direito intermitente

O Tribunal Constitucional considerou inconstitucionais os cortes dos subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores e agentes do Estado e aos pensionistas. No Acórdão, aprovado por larga maioria, os juízes deste tribunal decidiram que, face à adiantada fase da execução orçamental, o efeito da inconstitucionalidade só teria efeitos em 2013.

Estranha decisão, já que a inconstitucionalidade também o é em 2012 logo, o valor do subsídio de férias

deveria ser devolvido aos lesados e já não se deveria verificar o corte do subsídio de Natal, até porque não há qualquer tipo de dificuldade em calcular o valor da devolução. Ficamos, assim, perante uma inconstitucionalidade num ano e no ano que o antecede fica por o ser!

Especificidades da nossa democracia, que permite vivermos em "estado de direito intermitente"!

Sobre esta decisão o Presidente da República foi célere no comentário afirmando, e dando a entender reconhecer a inconstitucionalidade,

que não pediu a fiscalização preventiva do Orçamento do Estado por, disse, o país não poder ficar sem orçamento em 2012, já que o Tribunal Constitucional ao julgar aquela norma inconstitucional tornaria todo o Orçamento do Estado também inconstitucional.

Esta afirmação do Presidente da República corresponde apenas a parte da verdade, já que, em vez de solicitar a fiscalização preventiva, poderia ter optado por promulgar a Lei do Orçamento do Estado (como o fez) e, acto contínuo, enviar ao Tri-

bunal Constitucional para verificação da constitucionalidade sucessiva da norma ou das normas sobre as quais tinha dúvidas. Deste modo o país não ficaria sem orçamento em 2012 e, provavelmente, teria poupado muitas centenas de milhar de portugueses a este brutal corte nos seus rendimentos de trabalho.

Teria, isso sim, cumprido com o seu juramento de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa e quiçá, impedido a intermitência do estado de direito. ▲

Abono por cessação definitiva de funções

O DL n.º 296/2009 de 14 de Outubro veio conceder aos Militares dos QP's o direito ao abono por cessação definitiva de funções de um valor pecuniário nos termos dos seus artigos 26.º e 27.º.

Artigo 26.º

Cessação definitiva de funções

1 - O militares abatidos aos QP nos termos do EMFAR, bem como os militares em RC ou RV que passem à reserva de disponibilidade, têm o direito a receber, cumulativamente com a última remuneração devida, a remuneração correspondente a dois dias e meio por cada mês completo de serviço efectivo prestado nesse ano e o subsídio de férias proporcional.

2 - Para além do disposto anterior, os militares ainda têm direito ao subsídio correspondente ao período de férias vencido a 1 de Janeiro do ano do abate ou da passagem à reserva de disponibilidade, se ainda o não tiverem percebido, bem como à remuneração relativa a esse período, se ainda o não tiverem

gozado.

3 - Os abonos previstos nos números anteriores são calculados com base na última remuneração auferida.

Artigo 27.º

Princípio da unicidade

O regime previsto no artigo anterior é aplicável, por uma única vez, aos militares que deixem a efectividade de serviço por transitarem para as situações de reserva ou reforma.

Nestes termos, todos os camaradas que passaram à situação de Reserva ou Reforma a partir de 1 de Janeiro de 2010 têm direito a perceber este abono.

Segundo foi possível apurar, a Marinha não está a efetuar este pagamento, pelo que a ANS tem na sua página (www.ans.pt) uma minuta, para que os militares, nas condições referidas, possam requerer o que lhes é devido.

Em caso de dúvida, sugere-se que seja contactada a ANS. ▲

Que os incêndios não sirvam para “queimar” a Constituição!

Estamos em pleno Verão e, uma vez mais, o flagelo dos incêndios assola Portugal, empobrece as populações e é mais uma dificuldade para determinadas atividades económicas e estratégicas do próprio país. Entretanto as acusações sucedem-se entre muitas das entidades envolvidas, mais ou menos mediatizadas conforme os objetivos a atingir e a oportunidade do momento político assim o exija.

Parece que já poucos se lembram das declarações do MDN, em dia festivo da Força Aérea Portuguesa, quando afirmou que este ramo das Forças Armadas iria participar no combate a este flagelo nacional. Foram bonitas as palavras naquela altura! Não houve cidadão algum - militar ou não - que não se revisse naquela necessidade. O próprio chefe do ramo, ato contínuo, reafirmou a disponibilidade para tal, alertando contudo para as exigências que tal missão comporta! Passado este tempo, parece que nada foi dito!

Entretanto, desenhou-se novo episódio nesta saga dos incêndios e da participação dos militares, como se todos já tivessem esquecido a continuada participação dos militares nesta missão. Máquinas de Engenharia Militar participam na abertura de aceiros e estradões para apoiar o combate aos incêndios. Pelotões de militares reforçam os efectivos dos valentes soldados da paz nas operações de rescaldo ou noutros trabalhos de apoio. Grupos de militares participam no patrulhamento e vigilância das matas como medida preventiva. Aeronaves militares participam nas operações em apoio à coordenação do combate aos sinistros, transporte de efectivos e de material ou noutras missões tidas por necessárias. Até parece que em Portugal nunca houve, em anos sucessivos, uma operação militar denominada “Operação Vulcano”. Nós porém sabemos-lo bem, pois sabemos quantos camaradas nossos avançaram com verbas do seu próprio bolso e dos seus orçamentos familiares, na participação nestas missões, antes de serem ressarcidos pelas autoridades competentes.

E o novo episódio chamou-se “Serra de Santa Luzia - Viana do Castelo”. Este episódio foi aproveitado pelo ministro da Defesa Nacional, fazendo coro com outras entidades, para clamar pela necessidade de uma revisão da Constituição da República Portuguesa. Argumentar da necessidade de revisão da CRP devido às “fragilidades que condicionam o cabal cumprimento de algumas acções” é uma falsa questão porque, como acima referimos, desde sempre os



militares colaboraram e colaboram no combate aos incêndios, no âmbito das suas competências e nos limites que a Lei e a CRP prevêm.

A cegueira de tudo privatizar, (havendo já o triste episódio de ser cobrada a uma corporação de bombeiros a água utilizada no combate a um incêndio), a criação de corpos e entidades paralelas, empresas público-privadas ditas especializadas, serviços redundantes, ou outro tipo de interesses é que limita ou quase impossibilita essa prestação de ser-

viço público, que os militares querem dar ao seu país, ao povo a quem servem.

A coberto da situação que ocorreu em Santa Luzia, Viana do Castelo, não se pode permitir este tipo de aproveitamento político. O que eventualmente se terá passado cabe noutro tipo de discussão e carece de uma eventual e mais profunda investigação, face às declarações contraditórias entre a resposta do MDN na Comissão de Defesa da Assembleia da República e aquilo que

prontamente afirmou o comandante dos militares destacados em Santa Luzia.

O que os militares querem - e mais do que querer, estão de facto empenhados nisso - é apoiar as populações e cumprir com o seu juramento. O que os militares não querem é ser meras peças utilizadas no jogo político-partidário, quando o que realmente se pretende é alterar o texto da Lei Fundamental do nosso País: a Constituição da República Portuguesa! ▲





VI Encontro Nacional de Sargentos aprova “Caderno de Aspirações”

O VI Encontro nacional de sargentos aprovou um “Caderno de Aspirações” contendo propostas de solução para os principais problemas que afectam a classe. O Encontro decorreu a 26 de Maio, no Grande Auditório do ISCTE, contando com a participação de centenas de delegados dos diferentes núcleos a nível nacional.

O “Caderno de Aspirações” foi elaborado dentro dos seguintes princípios:

a) A exigência do Cumprimento das Leis existentes - tendo em consideração que estas bastam para resolver alguns dos mais graves e agudos problemas com que os Sargentos de Portugal e a Família Militar se debatem;

b) A resolução dos problemas existentes de modo a construir-se uma base sã e sólida a partir da qual se poderá, com justiça e equidade, edificar um novo modelo de carreiras mais consentâneo com os novos paradigmas de missões militares conjuntas e combinadas, por vezes multinacionais,

no quadro das Nações Unidas;

c) Edificar um conjunto de três carreiras distintas, autónomas, evoluindo em áreas complementares da actividade militar, intersetando-se nos vencimentos, na autoridade e na progressão, tornando-as atraentes e apelativas de modo a motivar a juventude para a carreira das armas, servindo o País nas Forças Armadas e garantindo assim a sua continuidade.

Foi também pensado com uma abrangência pelas seguintes áreas:

- Formação;
- EMFAR, nas suas várias vertentes (Funções, Carreiras, Reserva e Reforma, etc);
- Justiça e Disciplina;
- Avaliação do Mérito;
- Apoio Social (abarcando temas desde a Assistência na Doença, passando pelo IASFA, até ao Fundo de Pensões);
- Sistema remuneratório.

A apresentação das propostas esteve a cargo dos três vice-presidentes da Direcção, Paulo Contreiras, Luís Bugalhão e Mário Ramos.

Depois de aprovado na generalidade pelos presentes, o Caderno acolheu as alterações propostas, tendo sido entregue a 5 de junho na residência oficial do primeiro-ministro, conforme resolução saída do Encontro.

O VI Encontro encerrou com uma análise ao momento actual vivido pelos militares, feita pelo presidente da Direcção, Lima Coelho, com especial incidência na denúncia dos ataques que o Governo vem fazendo à Condição Militar e aos direitos dos que servem nas Forças Armadas, com especial ênfase na categoria de Sargento.

O evento terminou, decidindo que a ANS deveria promover concentrações descentralizadas em todo o país, no dia e à mesma hora da entrega do “Caderno de Aspirações” ao primeiro-ministro em Lisboa (ver notícia e fotos nesta página). ▲

Em apoio ao “Caderno de Aspirações” classe mobiliza-se a nível

Com o objectivo de demonstrar solidariedade com a delegação de dirigentes da ANS que ia entregar o “Caderno de Aspirações” na residência oficial do primeiro-ministro, centenas de camaradas concentraram-se junto a esta residência ao fim da tarde do passado dia 5 de junho.

Com o mesmo objectivo, e dando-lhe uma dimensão nacional, realizaram-se no mesmo dia e sensivelmente à mesma hora, concentrações em Braga (foto), Porto, Viseu, Leiria, Entroncamento, Estremoz, Évora, Beja, Tavira, Funchal, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (foto ao lado).

Foram mais de um milhar os Sargentos que responderam afirmativa e positivamente ao apelo da sua associação representativa.

A delegação da ANS, composta pelo seu

presidente Lima Coelho e pelos vice-presidentes Mário Ramos e Luís Bugalhão, foi recebida pelos assessores militares do primeiro-ministro, MGen Chaves e TCor Costa, tendo tido a oportunidade de defender as propostas contidas no “Caderno de Aspirações”. Os membros do gabinete do primeiro-ministro comprometeram-se a fazer chegar este documento com as nossas propostas a Pedro Passos Coelho.

O referido documento foi, dias depois, enviado pela Direcção da ANS ao ministro da Defesa Nacional e aos quatro chefes militares.

Na concentração realizada em Lisboa, junto da residência oficial do primeiro-ministro esteve presente uma delegação da AP - Associação de Praças, liderada pelo seu presidente Luís Reis. ▲



REQUIEM pelos Subsídios

Por iniciativa da ANS - Associação Nacional de Sargentos e AP - Associação de Praças, centenas de militares concentraram-se em frente ao Ministério das Finanças (fotos), em protesto pelos cortes nos subsídios de férias e de Natal.

Na concentração ocorrida no dia 20 de junho, dia em que os militares deveriam ter visto depositado nas suas contas o subsídio de férias, os militares presentes contestaram igualmente o atraso nas promoções, que se arrastam num prolongado folhetim.

Após as declarações dos presidentes das associações promotoras - Lima Coelho e Luís Reis - os presentes aprovaram uma moção, que foi entregue a 25 de junho na residência oficial do primeiro-ministro.

Da moção, que aborda em dez pontos as mais prementes preocupações dos militares, destacamos:

“Não aceitar que o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas esteja no cadafalso, com data de execução da sentença de morte publicada e publicitada, sem que sejam apresentadas medidas de salvaguarda dos interesses e direitos entretanto acumulados, ao mesmo tempo que não se apresentam alternativas para o tornar credível e apetecível para as novas gerações de militares. No quadro de

dificuldades impostas aos portugueses, não é admissível que se imponha aos cidadãos reformados que vivam neste estado de indefinição e incerteza;

Exigir que a chamada “reforma da saúde militar”, assegure a qualidade, capacidade e prontidão de resposta dos serviços de saúde, tendo como princípio de que a Saúde não é um privilégio, antes uma imposição operacional, e também um direito de que a Família Militar não pode prescindir;

Não aceitar a situação em que a redução das remunerações e pensões, aliada aos cortes dos subsídios de férias e de Natal, de duvidosa constitucionalidade, e ao aumento generalizado dos impostos, em claro incumprimento com as promessas eleitorais, esteja já a atirar muitas das nossas famílias para o limiar da impossibilidade de cumprir com os compromissos financeiros, fiscais e sociais assumidos, tornando a vida dos militares e das suas famílias cada vez mais difícil, colocando em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas;

Exigir que decisões sobre matérias importantes para os militares, que estão em processo de elaboração, discussão, ou estudo sejam sempre acompanhadas pelas Associações Profissionais de Militares (APM) e que estas sejam chamadas a pronunciar-se, dando cumprimento ao



que está previsto na Lei.”

É de assinalar o facto de que, ao mesmo tempo que decorria esta concentração em Lisboa, um grupo de militares que presta serviço na Ilha Terceira, Açores, se concentrou junto do Serviço de Finanças da Praia da Vitória (foto no fundo da página),

num acto de pública solidariedade para com os seus camaradas.

Registe-se igualmente a presença junto dos militares portugueses, em Lisboa, de um representante da AUME - Associação Unificada dos Militares de Espanha, o Sargento António León. ▲



vel nacional



O associativismo na defesa e formação do cidadão/militar

A importância dos clubes no bem-estar, na promoção social, recreativa e cultural dos cidadãos militares é inestimável.

O associativismo como sabemos, surgiu e surge onde e quando o ser humano não consegue sozinho superar as suas dificuldades e onde o Estado não pode ou não quer resolver as suas necessidades.

Embora, antes do 25 de Abril, já existissem alguns clubes é com a conquista da liberdade e democracia, que se deu asas ao espírito associativo dos militares e se inicia a criação de vários clubes e associações.

Com personalidade jurídica e atividade na promoção Social, Cultural e Recreativa, já existiam na Monarquia dois clubes e uma associação de Socorros Mútuos na Armada.

O **Clube Militar Naval (CMN)**, O **Clube dos Oficiais da Armada**, constituiu-se na Monarquia, 1866, atravessou a República de 1910, enfrentou a ditadura de Salazar e aproveitou a liberdade e democracia do 25 de Abril para se renovar e reforçar. Foi a discussão aberta dos problemas profissionais e do país no seio dos oficiais, que levou à sua criação. É fruto de aspirações de liberdade, de transformação e de justiça trazidas pela vitória do liberalismo no século dezanove e de razões corporativas (reação às promoções por escolha).

O **Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada, CNOCA**, virado para a prática dos desportos Náuticos.

Os sargentos, também em 1882, constituíram a **Fraternidade Naval, Associação de Socorros Mútuos**, visando a solidariedade e ajuda entre os seus membros. Foi encerrada, em



1936, já com o fascismo consolidado, por ordem dada pelo Ministro da Marinha, Cap. Ten. Ortins de Betten-court.

Os militares criaram, ainda, mas já na República, em 1923, para defesa de direitos, a **Liga dos Combatentes**. Também na Força Aérea, com Salazar no poder, se criaram clubes nas unidades.

Mas é com o 25 de Abril de 1974, com a conquista da liberdade e democracia, que os militares se lançaram em força na constituição de clubes e associações.

Os sargentos da Armada, dando cumprimento a uma já velha aspiração, lançam-se imediatamente na constituição do seu Clube. Realizam logo, com esse fim, a 29 de abril de 1974, uma reunião na Base Naval de Lisboa e a 22 de fevereiro de 1975, aprovam os seus estatutos numa Assembleia-geral com mais de dois mil sargentos. O **Clube do Sargento da Armada (CSA)** é, como dizem com orgulho os seus associados, um fruto de Abril e hoje devido à sua atividade, ao seu património material social, já é considerado uma referência no movimento associativo militar.

Os sargentos do Exército e da Força Aérea, um pouco mais tarde, constituem também os seus clubes. O **Clube do Sargento do Exército**, com sede no Porto e o **Clube dos Sargentos da Força Aérea**, com sede em Lisboa.

As praças da Armada, após vencerem as mil e uma dificuldades colocadas pela Administração da Armada, conseguem, em 1993, constituir o seu clube. O **Clube de Praças da Armada (CPA)**.

Além dos clubes e associações referidas, os militares constituíram ainda outras formas de associativismo, visando objetivos de âmbito socioprofissional e outros e foram, até hoje, constituídas:

- A **Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA)** e outras ainda, nesta área de apoio a deficientes, a **Associação 25 de Abril**, a **Associação dos Militares da Reserva e Reforma (ASMIR)**, a **Associação Nacional de Sargentos (ANS)**, a **Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA)**, a **Associação das Praças das Forças Armadas (AP)**, a **Associação Nacional dos Contratados do Exército (ANCE)**.

Além da promoção cultural, social

e desportiva dos seus associados, os clubes são também espaços de convívio, de entre ajuda, solidariedade e fraternidade.

São nestes espaços que os associados reformados se encontram, convivem, se recriam, se distraem, fugindo do isolamento, do banco do jardim, evitando assim doenças do foro psiquiátrico e outras. Por isso, o associativismo é também, para além de outros, um fator de prevenção contra a pobreza e exclusão social, não é a solução para todos os males da sociedade, mas os males da sociedade não serão definitivamente resolvidos sem a participação do movimento associativo.

Neste momento difícil que estamos a viver, que tudo indica se agravará, com o desemprego a aumentar, os cortes nos salários, os roubos dos subsídios e dos abonos de família, as dificuldades no pagamento do Complemento de Pensão de Reforma, os aumentos brutais dos artigos de primeira necessidade, o agravamento desmesurado dos custos da saúde e educação dos filhos, o pagamento da casa ou da renda, e como tudo indica que a situação se continuará a agravar, a importância e reforço dos clubes e associações continuará a aumentar, tornando-se uma necessidade.

De facto, na crise económica e social que vivemos, com um estado que cada vez se preocupa menos com os seus cidadãos, e no caso concreto dos cidadãos/militares, os clubes e as associações, tornam-se de facto, e cada vez mais, um fator importante de ajuda na resolução de muitos problemas.

Manuel Custódio de Jesus
SMOR ▲

CSFA comemora o seu 26.º aniversário

A cerimónia comemorativa do 26.º aniversário do CSFA - Clube dos Sargentos da Força Aérea decorreu, no passado dia 14 de julho, nas instalações do Centro de Apoio Social de Lisboa (IASFA/CAS-Lisboa).

A cerimónia começou com a receção aos sócios e convidados. Os convidados ocuparam a mesa de honra, na companhia do presidente da Assembleia-geral e do presidente da Direção. Estiveram presentes um dos dois vogais do Conselho de Direção do IASFA (MGen da FAP), um dirigente da Asso-

ciação das Colectividades do Concelho de Lisboa, o presidente do Clube do Sargento da Armada, o presidente da Associação Nacional de Sargentos e o Sargento-Mor Adjunto do CEMFA para a Categoria dos Sargentos, em representação do General CEMFA.

Após o almoço e a seguir às intervenções dos dirigentes do CSFA, feita uma homenagem aos associados que cumpriram 25 anos como sócios e uma homenagem ao Sargento da Força Aérea. Foi, seguidamente, dada a palavra aos convidados e aos sócios para as mensagens de solidariedade, reco-

nhecimento e incentivo à continuidade do CSFA. Não faltou o tradicional momento do bolo de aniversário, com a particularidade de ter sido partido pelo associado mais idoso (90 anos) e pela neta de um dos dirigentes fundadores do CSFA, infelizmente já falecido.

Foi um convívio em que se encontraram antigos camaradas de armas, muitos deles acompanhados pelas suas esposas, em que se mataram saudades mas que se aproveitou também para abordar algumas das preocupações que mais atingem os mili-

tares e suas famílias, com particular incidência no grupo etário maioritariamente ali representado, os militares reformados.

Esta foi aliás uma das preocupações transmitidas pelos dirigentes do CSFA nas suas intervenções: a necessidade de trazer jovens sargentos a ingressarem no clube, não apenas como associados mas também com o objetivo de poderem vir a assumir outras responsabilidades dirigentes, assegurando a continuidade e o futuro deste clube de classe, tão importante quanto necessário. ▲

25.º Aniversário da ASMIR

O 25.º Aniversário da ASMIR (Associação dos Militares na Reserva e Reforma) foi comemorado com um almoço, no dia 30 de junho de 2012, no restaurante “Churrascão”, no Entroncamento. A Associação Nacional de Sargentos (ANS) fez-se representar pelo vogal da Direção, Mário Peireira (SCH).

Para esta cerimónia comemorativa os militares, na grande maioria reformados, e suas famílias, começaram a concentrar-se, ao longo da manhã, junto do restaurante. Momento de agradável confraternização entre camaradas de armas e de reviver histórias passadas na



troupa. Mas houve também momentos de mágoa e sentimento de “revolta” pela ingratidão como têm sido tratados pelo poder político, face aos cortes nas pensões e nos apoios sociais que nos últimos tempos têm sido aplicados, causando dificuldades de viverem com dignidade e, nalguns casos, verem-se mesmo obrigados a recorrer ao apoio familiar para conseguir manter as condições de tratamentos ou de apoio médico/social que muitos naturalmente necessitam.

Pelas 12h30, o restaurante ficou com as mesas cheias, tendo o presidente da Direção da ASMIR, Capitão Armando Vieira, dado as boas

vindas e agradecido a presença de todos nesta data tão importante para a associação, o 25.º Aniversário da ASMIR. Referiu, agradecendo, a presença dos dirigentes da ANS e da AP (Associação de Praças).

Ao longo do almoço houve um momento de fado e de música de acordeão para alegrar os participantes. A comemoração decorreu até cerca das 17h00 com o corte do bolo de aniversário, o brinde com espumante e, como manda a tradição, cantando os parabéns.

O presidente da Direção da ASMIR, Capitão Armando Vieira, encerrou as festividades agradecendo, de novo, a participação de todos. ▲

Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite

Finalmente a Sede Social!

No passado dia 14 de julho, na Praceta Adriano Correia de Oliveira, no Laranjeiro, concretizou-se uma aspiração antiga dos dirigentes, associados e amigos da CPAA, com o acto solene da inauguração da sua Sede Social num espaço cedido pela Junta de Freguesia do Laranjeiro, com o apoio da Câmara Municipal de Almada.

Nesta sessão solene, que contou com a presença de um representante do grupo parlamentar do PCP (único grupo parlamentar que se fez representar), do presidente da Assembleia Municipal de Almada, da presidente e de um vereador da Câmara Municipal de Almada, da presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro, do presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade (ex-Arsenalista), do administrador do Arsenal do Alfeite-SA, de um representante da SFUAP, dos presidentes das Direções da ANS e da AP, para além, naturalmente, dos dirigentes, associados e amigos desta instituição, proferiram emocionadas e emocionantes intervenções o presidente da Assembleia Geral e a presidente da Direção da CPAA. Usaram ainda da palavra vários convidados, tendo encerrado a sessão solene a presidente da CM Almada, que no seu discurso lembrou o primeiro presidente da Câmara Municipal de Almada, José Vieira, também ele um Arsenalista.

De um documento de apresentação da CPAA distribuído aos presentes transcrevemos os seguintes textos:

“A CPAA é um projecto antigo que começou por florescer nas mentes de Arsenalistas aposentados que se reuni-



balham no Arsenal do Alfeite ao longo dos tempos ficaram conhecidos por Arsenalistas.

O objectivo primeiro da sua existência é o de preservar, desenvolver e tornar público o património histórico, industrial e cultural do estaleiro de construção e reparação naval, Arsenal do Alfeite, e por conseguinte de todos os Arsenalistas que ao longo de décadas ali laboraram.

Sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social pretende criar condições para proporcionar actividades culturais, desportivas e apoios solidários

Ser Arsenalista é ser orgulhoso descendente profissional dos Arsenalistas do Arsenal de Marinha na Ribeira das Naus.

Sentir orgulho em ter contribuído com o saber e o trabalho para a construção de 130 navios e embarcações, alguns únicos no mundo, ter participado na reparação e modernização dos navios da Marinha de Guerra Portuguesa.

Ser Arsenalista é ter orgulho em ter sido companheiro no local de trabalho de homens e mulheres que se dedicaram à causa pública nas várias vertentes da Sociedade, como a política, as artes e o



am todos os anos para o seu almoço de confraternização.

Como do sonho nasce a obra, em Dezembro de 2005 foi finalmente fundada esta Instituição, fruto da persistência e trabalho de um grupo de homens que mesmo estando aposentados não deixaram em mãos alheias a realização deste sonho e mostraram porque os homens e mulheres que tra-

aos trabalhadores, ex-trabalhadores e aposentados do Arsenal do Alfeite.”

(...)

“Ser Arsenalista é ter orgulho pelo passado, presente e futuro do mais antigo Estaleiro de Portugal. Eis o paradigma de milhares de homens e mulheres que se entregaram, com grande dignidade, de corpo e alma, a uma obra única e exemplar, o Arsenal de Marinha.



desporto.

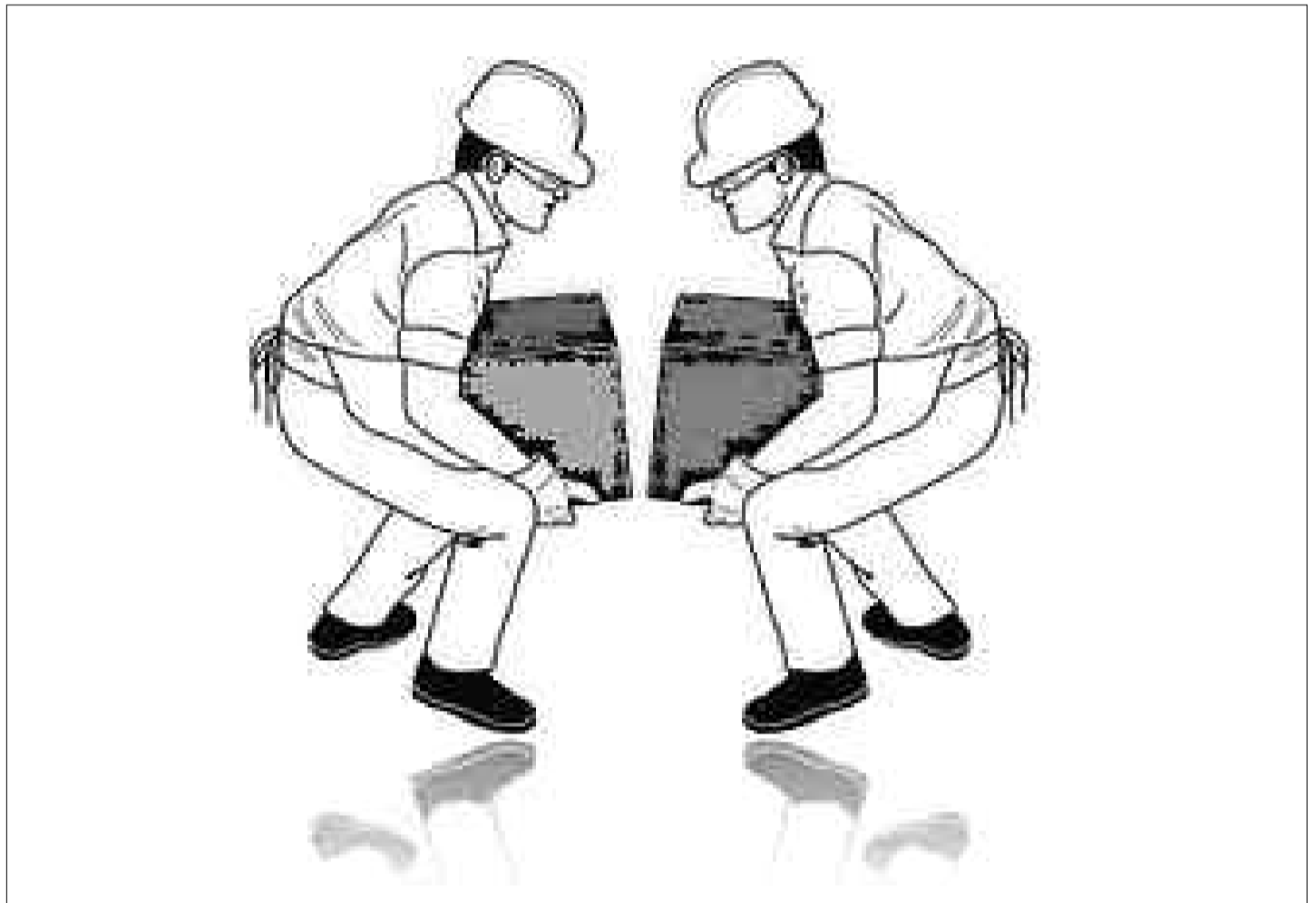
Mas o nosso orgulho também assenta nas lutas em defesa de melhores condições de trabalho e de vida. Sempre fomos um bastião na defesa das liberdades, dos direitos dos trabalhadores, do povo e do País.”

Nota da redação: As duas fotos são da página da TV Almada. ▲

SAÚDE E BEM-ESTAR

LOMBALGIAS NO MEIO MILITAR

Nesta nova edição do nosso jornal vou abordar uma temática vulgarmente conhecida por “*dor nas costas*”. Porém, clinicamente, em grande parte dos casos, tem o nome de Lombalgia.



Aquela dor localizada na parte inferior das costas acontece quando a mesma recebe bastante carga, resultante de uma má postura corporal, fraqueza dos músculos abdominais, lombares e posteriores da coxa, tendo como consequência um deslocamento do centro de gravidade para a frente, causando um aumento excessivo da curvatura lombar.

Devo dizer que esta patologia é responsável por grandes limitações de origem funcional, podendo, inclusive, evoluir para situações crônicas ou até para quadros de hérnias discais.

A sua prevalência é frequente em pessoas com regime sedentário, excesso de peso ou em regimes laborais com posturas incorretas de grande carga física. No meio militar, são exemplo disso o pessoal tripulante de aeronaves, embarcações e veículos militares, obrigados a permanecer em posições menos corretas durante longo período de tempo.

Com efeito, relativamente aos voos de longa duração, que impõe aos tripulantes a permanência sentados ou em posição ortostática (em pé) por bastantes horas, a imobilização dos membros inferiores dificulta o retorno do sangue venoso ao coração. Resultado: má oxigenação muscular. Na posição sentada, a região lombar pode receber até quatro vezes mais carga, dado que os amortecedores



naturais do corpo (por exemplo, os pés e os joelhos) não estão a ser utilizados.

Ao piloto de helicóptero é impe-

riosa a manutenção de uma postura assimétrica dentro da cabine, devido ao posicionamento dos comandos. Este permanece, durante muito tempo, com os quatro membros do seu corpo (destinados à função normal da pilotagem) na mesma posição, impedindo, desta forma, a movimentação ou contração naturais do corpo. Assim, a vibração da aeronave e a manutenção de uma má postura destes pilotos conduzem a patologias como lombalgias e cervicalgias passageiras ou até mesmo crônicas.

Num corpo saudável, quando é sentida aquela simples “*dor de costas*”, é adotada uma nova postura para sanar o desconforto por compressão articular, tensão ligamentar ou oclusão circulatória. No entanto, é assim que se criam desvios posturais e desequilíbrios musculares.

Estas situações são derivadas, maioritariamente, da atividade profissional quando executada com posturas inadequadas, aliadas a movimentos repetitivos e unilaterais durante um período de tempo prolongado.

Neste momento, alguns perguntam: **O que poderemos fazer para prevenir este tipo de lesões?**

A atividade física tem um papel preponderante na prevenção de patologias de inserção lombar. Assim sendo, a realização de exercícios de carga aeróbia, com mobilização de grandes grupos musculares (corrida), bem como exercícios de força e flexibilidade oferecem uma ajuda fundamental e preciosa na prevenção de lombalgias.

Exercícios aeróbios apresentam um grande dispêndio energético, pelo que são importantes no controle do peso corporal. Indubitavelmente, treinos de força e flexibilidade, quando orientados para fortalecimento dos músculos abdominais, lombares, posteriores da coxa, favorecem o alinhamento correto da espinha dorsal, equilibrando a distribuição de peso e esforço, poupando as nossas costas.

Por isso **mexam-se, evitem o sedentarismo, mantenham hábitos de treino diário.**

Poderá custar inicialmente, mas com a ativação e a tonificação dos músculos evitamos que se instale um estado de fadiga precoce nas nossas atividades quotidianas e reduzimos, obviamente, a probabilidade de lesões e desconforto físico.

Abraço e boas corridas.

105.º Presidium da EUROMIL

Limerick, Irlanda Abril 2012



A 27 e 28 de abril teve lugar na Irlanda o 105º Presidium da EUROMIL, que contou com a participação de mais de 80 membros de 26 associações.

A reunião foi aberta pelos presidentes da EUROMIL, Emmanuel Jacob, e pelos representantes das duas associações anfitriãs, RACO (oficiais) e PDFORRA (sargentos e praças), o recém eleito presidente da RACO Ian Harrington e o Secretário-geral da PDFORRA Gerry Rooney.

As três associações Portuguesas

ANS, AOFA e AP estiveram presentes, tendo a ANS sido representada pelo presidente Lima Coelho e pelo vice-presidente Paulo Contreiras.

Como convidados de honra estiveram presentes o CEMGFA Irlandês Ten-General Sean Mccan, e o Ministro das Finanças Irlandês Michael Noonan, que fizeram alocações enaltecendo o papel das Associações sócio-profissionais Irlandesas como defensoras dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos em uniforme da Irlanda, papel ainda mais

importante no meio de uma depressão económica.

No decorrer dos trabalhos foram eleitos três membros do Board da EUROMIL, até à realização do próximo Congresso, em outubro, sendo estes Miguel Lopez, da AUME (Espanha), Ari Pakarinen, da Päälystöliitto (Finlândia) e Simon Devereaux da PDFORRA (Irlanda).

Também foi iniciado um importante debate sobre os novos desafios da EUROMIL, perante uma realidade orçamental muito mais difícil,

provocada pela redução de quotas aprovada.

A entrada de mais uma associação observadora, proveniente de Montenegro, que reportou a inexistência de quaisquer direitos, associativos ou outros, dos militares no seu País, recordou a todos o papel fundamental da EUROMIL, a que urge dar continuidade: lutar pelos direitos e liberdades fundamentais de todos os cidadãos em uniforme no espaço Europeu. ▲

Sargento Português nos Jogos Olímpicos

O nosso camarada, Sargento-Ajudante João Costa, militar da Força Aérea Portuguesa, a prestar serviço na Base Aérea n.º 5, em Monte Real, participa na sua quarta olimpíada seguida, sendo no caso dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, com 47 anos, o atleta mais idoso a integrar a comitiva nacional.

Atirador com bastas provas dadas, quer a nível nacional quer a nível internacional, é impressionante o seu palmarés tendo em conta o facto de que a atividade de tiro é praticada como hobby pois, nas suas próprias palavras, a vida militar está primeiro e acima de tudo.

À hora do fecho desta edição o Sargento-Ajudante João Costa tinha sido o atleta português que melhor resultado tinha alcançado até ao momento, depois de obter o primeiro diploma por presença em finais nesta edição de Jogos Olímpicos, ao ter assegurado um dos oito lugares na final da prova de pistola de ar comprimido a 10 metros.

O nosso camarada alcançou nesta prova o sétimo lugar e o respectivo diploma que ele próprio considera ser uma medalha atendendo a que, entre os oito finalistas, ele é o único que não dedica a sua vida exclusiva e profissionalmente ao tiro. A sua ocupação principal é a sua condição como militar, dedicando ao tiro apenas o tempo disponível nas poucas horas vagas, aos fins-de-semana (quando os tem) ou quando requisi-



tado para tal. Apesar de todos os condicionamentos e diferenças conseguiu melhorar a sua prestação em relação à prova de Sidney 2000 onde totalizou 679,4 pontos, tendo agora alcançado 682,3.

João Costa competiu também na

categoria de pistola livre a 50 metros (último à direita na foto), ficando na classificação das eliminatórias a uma décima de se qualificar para a final.

Com a sua conduta, com o seu elevado sentido profissional, desportivo e de cidadania certamente que o Sar-

gento-Ajudante João Costa não deixará de honrar Portugal, independentemente dos resultados que alcançou.

Nota de Rodapé: Não deixa, no entanto, de ser curiosa uma nota em vários órgãos de imprensa diária que refere ser a primeira vez, em quatro presenças em Jogos Olímpicos, que a Força Aérea Portuguesa solicita à Federação Portuguesa de Tiro para pagar a requisição do atirador pelo tempo que estiver em Londres. Será que o nosso camarada não está ao serviço de Portugal? E estando, será que deixou de deter genuinamente a sua condição de militar? No absurdo, será que o país também vai requerer ao Comité Olímpico Internacional ou à Coroa Britânica que pague a requisição do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas para estar presente, como esteve, na cerimónia de abertura e em visita à delegação nacional? ▲

Actividade ASSOCIATIVA

Da intensa actividade em que temos estado envolvidos apresentamos aqui um resumo contendo apenas alguns dos eventos. Não estão aqui referidas as reuniões de CPR - Comissões Permanentes dos Ramos, de Secretariado ou de Direção que entretanto também exigem de todos nós disponibilidade e ocupação de tempo. No entanto, é facilmente perceptível a intensa actividade que temos desenvolvido no sentido de procurar minimizar os danos causados pelos brutais ataques a que os cidadãos portugueses têm estado submetidos e responder às muitas solicitações associativas e institucionais que nos têm sido feitas. Desde as reuniões preparatórias para as comemorações do 25 de Abril até às mais recentes atividades, aqui fica este resumo:

19MAR - Reunião na Voz do Operário preparatória das comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

20MAR - Cerimónia conjunta entre CSA e ANS de boas vindas aos novos Sargentos da Marinha, na Delegação n.º1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão, A.Taveira, A.Mouta Dias, V.Geitoeira e A.Martins;

21MAR - Cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da ASSP/PSP, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

23MAR - Reunião de Direção da EUROMIL, em Bruxelas. ANS representada por L.Coelho;

25MAR - Cerimónias do 13.º aniversário da APVG, em Braga. ANS representada por A.Saqueiro da Silva;

28MAR - Audiência com o SEDN no MDN em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos e L.Bugalhão;

28MAR - Cerimónia de Tomada de Posse dos novos órgãos sociais da AP, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira e A.Martins;

28MAR - Debate promovido pela AOFA, em Lisboa. ANS representada por M.Ramos e L.Bugalhão;

30MAR - Cerimónia do 9.º aniversário da Delegação de Sintra da ADFA. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

10ABR - Assembleia-Geral de Apresentação de Contas e Plano, na sede da ANS;

11ABR - Reunião entre ANS e AP para análise e discussão de matérias relativas aos ex-combatentes;

12ABR - Tertúlia promovida pela AP, no Martinho da Arca-



Concentração junto residência ofocal do PM em 5 de junho

da em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras, L. Bugalhão, J.Pereira, A.Taveira, A.Jacinto e A.Martins;

13ABR - Reunião com representantes da "Causa Real" na sede da ANS; ANS representada por A.Martins;

14ABR - Cerimónia do Dia do Combatente, no Mosteiro da Batalha. ANS representada por M.Pereira;

17ABR - Reunião de Sargentos no Porto. ANS representada por L.Coelho, A.Martins, A.Nabais, J.Mota e A. Saqueiro da Silva;

18ABR - Reunião de Sargentos em Beja. ANS representada por L.Coelho e A.Taveira;

19ABR - Reunião de Sargentos na Moita do Norte/Entroncamento. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, M.Pereira e J.Pinto Silva;

20ABR - Cerimónia de encerramento do 14.º Congresso do SCIF/SEF na Foz do Arelho, Óbidos. ANS representada por L.Coelho e J.Pereira;

20ABR - Conferência no âmbito das comemorações do 38.º aniversário da ADFA, em Lisboa. ANS representada por M.Ramos;

20ABR - Reunião em Mérida-Espanha entre delegações da AUME (Espanha), ANS e AP (Portugal). ANS representada por L.Coelho, P.Contreiras e J.Pereira. AP representada por Luís Reis;

21ABR - Cerimónia comemorativa do 38.º aniversário do 25ABR, promovida pela ACR na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por A.Martins;

23ABR - Reunião com Sargentos em Évora. ANS representada por L.Coelho;

24ABR - Colóquio na Junta de Freguesia da Madalena. ANS representada por L.Coelho;

24ABR - Comemorações do 38.º aniversário do 25ABR na Praça Paiva Couceiro, Zona Oriental de Lisboa;

25ABR - Participação no Desfile Comemorativo do 38.º aniversário do 25ABR na Avenida da Liberdade, em Lisboa;

26ABR - Reunião da Direção da EUROMIL em Limerick,

Rep. da Irlanda. ANS representada por L.Coelho;

27, 28ABR - 105.º Presidium da EUROMIL, em Limerick, Rep. da Irlanda. Delegação da ANS composta por L.Coelho e P.Contreiras;

28ABR - Cerimónia comemorativa do 38.º aniversário do 25ABR, promovida pelo CSA, na Delegação n.º 1, Feijó. ANS representada por L.Bugalhão e J.Pereira;

29ABR - Cerimónia comemorativa do 38.º aniversário do 25ABR, promovida pelo CPA, na Cova da Piedade. ANS representada por A.Taveira e A. Campos Dias;

30ABR - Audiência com o Almirante CEMA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão, M.Ramos e A.Taveira;

02MAI - Reunião de Sargentos em Leiria/Monte Real. ANS representada por L.Coelho e P.Contreiras;

03MAI - Distribuição de jornais "O Sargento" à população, no Cais do Sodré, em Lisboa;

05MAI - Cerimónia comemorativa do 28.º aniversário da Delegação n.º1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L.Coelho;

07MAI - Audiência com o General CEMGFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, P.Contreiras, L.Bugalhão e M.Pereira;

07MAI - Reunião de Sargentos em Viseu. ANS representada por L.Coelho, R.Lopes e A. Martins;

08MAI - Reunião com DGPRM/MDN. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Taveira e V.Geitoeira;

12MAI - Debate sobre "Associativismo" promovido pelo CSA, na Delegação n.º 1, Feijó. ANS representada por P.Contreiras e A.Jacinto;

14MAI - Reunião na Liga de Combatentes preparatória das comemorações do 10 de junho. ANS representada por A.Martins;

15MAI - Cerimónia comemorativa do 38.º aniversário da ADFA. ANS representada por L.Coelho;

16MAI - Encontro com Sargentos da Escola de Fuzileiros.

ANS representada por L.Coelho e A.Campos Dias;

17MAI - Encontro com Sargentos das ICM-Terreiro do Paço. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

17MAI - Audiência com o General CEMFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, L.Bugalhão, P.Contreiras e J.Gonçalves;

18MAI - Audiência com o General CEME. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão, M.Ramos, M.Pereira e V.Geitoeira;

18MAI - Encontro com Sargentos do CFT - Oeiras. ANS representada por L.Coelho;

19MAI - Sessão de Encerramento da 12.ª Convenção do PEV. ANS representada por L.Coelho;

21MAI - Reunião de Sargentos em Viseu. ANS representada por L.Coelho e R.Lopes;

22MAI - Encontro com Sargentos da BNL - Alfeite. ANS representada por L.Coelho, A. Taveira, P.Pinto e S.Costa;

24MAI - Jornada de Trabalho na sede da ANS preparatória do 6.º Encontro Nacional de Sargentos.

26MAI - VI Encontro Nacional de Sargentos, no ISCTE, em Lisboa;

28MAI - Reunião das APM's (ANS, AOFA e AP) em Oeiras. ANS representada por L.Coelho e P.Contreiras;

30MAI - Cerimónia de Abertura do 10.º Congresso da FNSFP, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Jacinto;

30MAI - Cerimónia de Lançamento de um livro do General Loureiro dos Santos, no IESM, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

31MAI - Sessão de Encerramento do 10.º Congresso da FNSFP. ANS representada por L.Coelho;

01JUN - Reunião conjunta (ANS, AP) na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

05JUN - Iniciativa "Concentração Nacional". Concentração junto da residência oficial do primeiro-ministro, em Lisboa, com entrega do Caderno de Aspirações por uma delegação composta por L.Coelho, M.Ramos e L.Bugalhão;

10JUN - Cerimónia do 10 de junho em Belém, junto ao Forte do Bom-Sucesso. ANS representada por L.Coelho e M. Ramos;

11JUN - Conferência na Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito das comemorações do 10 de junho. ANS representada por L.Coelho;

15JUN - Encontro com Sargentos da UNAP-AMAS (Amadora). ANS representada por L.Coelho e M.Ramos;

18JUN - Encontro com Sargentos do CFT - Oeiras. ANS representada por L.Coelho;

20JUN - Concentração de Protesto junto do Ministério das Finanças, no Terreiro do Paço, em Lisboa;

25JUN - Em conjunto (ANS e AP), entrega na residência Oficial do primeiro-ministro da "Moção" aprovada na Concentração de Protesto. Delegação da ANS composta por L.Coelho e M.Ramos;

26JUN - Conferência no IDN no âmbito das comemorações do 50.º aniversário da criação das tropas "Comandos". ANS representada por L.Coelho;

29JUN - Reunião da Direção da EUROMIL, em Bruxelas. ANS representada por L.Coelho;

30JUN - Cerimónia de homenagem ao General Vasco Gonçalves promovida pela ACR, na Voz do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por A.Martins;

30JUN - Cerimónia comemorativa do 25.º aniversário da ASMIR, no Entroncamento. ANS representada por M. Pereira;

14JUL - Cerimónia de inauguração da sede da Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite, no Laranjeiro. ANS representada por L.Coelho;

14JUL - Cerimónia comemorativa do 26.º aniversário do CSFA, no CAS-Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

17JUL - Seminário "A Participação das Mulheres Militares em Missões Internacionais", na Assembleia da República. ANS representada por L.Coelho e M.Santos;

25JUL - Reunião conjunta (ANS, AP) na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins.

Na altura do fecho desta edição, e apesar de estarmos já em pleno período de férias, a atividade não cessa e estão em preparação diversas iniciativas. Assim, está já agendado para 25 de setembro, em Lisboa, numa iniciativa conjunta com a AP, um **Encontro de Militares em Regime de Contrato**. Está igualmente já em trabalhos preparatórios a preparação da **Conferência Nacional de Delegados** que terá lugar no próximo dia 20 de outubro, no Entroncamento. Estão igualmente em curso contactos com os dirigentes da AUME (Espanha) para a possibilidade de reuniões conjuntas com vista a iniciativas também conjuntas. Entretanto seguimos atentamente o que se passa em torno do "interminável folhetim das promoções", para além de todas as alterações que se preparam em torno da Condição Militar. Não podemos descurar a atenção nem desguarnecer a trincheira. Por isso temos muitas vezes dito que "a luta não vai de férias". ▲

Novos protocolos celebrados e a celebrar

PROTOSCOLOS ANS

Continuamos na senda de celebrar protocolos com entidades comerciais e/ou de prestação de serviços que possam ser interessantes para os nossos associados, sempre baseados em duas premissas:

a) o tipo de protocolos que procuramos/aceitamos será do género que beneficie direta e exclusivamente os nossos associados, sem qualquer benefício colateral para a ANS;

b) não temos estrutura administrativa que nos permita aferir/conferir números de adesões aos protocolos, daí que não aceitemos promoções/descontos dependentes

de números de adesão.

Também aceitaremos sugestões dos associados. Se na localidade em que residem ou prestam serviço (ou outra) existe um bem ou serviço que usem habitualmente, e cuja empresa que comercializa o mesmo estiver disposta a estabelecer um protocolo, façamos chegar essa informação através de contacto@ans.pt

Se for uma empresa de âmbito nacional tanto melhor. Obrigada pela vossa ajuda.

Paulo Contreiras
Vice-presidente da Direção ▲

postas imediatas em situações de segurança, urgência/emergência ou derivadas destas, bem como o apoio na solidão, a todos aqueles que aderirem ao seu serviço.

b) Garantir um serviço telefónico de apoio inovador, no sentido da melhoria da qualidade de vida, saúde, segurança e auto-estima dos utilizadores;

c) Proporcionar às pessoas em situação de dependência a manutenção da sua autonomia num quadro de normalidade, permanecendo no seu domicílio e desfrutando da melhoria da integração numa comunidade local;

d) Evitar ou retardar a necessidade de recurso à institucionalização de pessoas em situação de dependência;

e) Sistema de Aquisição.

- Levantamento de medicamentos prescritos pelo médico dos serviços de Saúde da CVP que se deslocam ao domicílio com um custo de €5 mais os medicamentos (apenas em casos em que o utente não possa fazê-lo).

Estes dois últimos serviços são pagos no ato, pelo utente, diretamente ao colaborador que se encontra no domicílio.

2 - Fica também abrangido ao abrigo deste protocolo o serviço de Transporte de Doentes, do qual poderão beneficiar os associados da ANS e seus familiares, sendo para tal aplicada a tabela de preços que pode ser consultada.

3 - Acesso privilegiado à Residência de Elvas da CVP, beneficiando os associados da ANS e seus familiares, de um desconto de 10% sobre os preços de tabela..

DENTINHOS E DENTES Medicina Dentária, Lda

Os associados ANS terão direito, mediante apresentação de cartão de sócio, a usufruir das seguintes vantagens:

1- Primeira consulta de avaliação e aconselhamento gratuita [Nota: não inclui tratamentos, prescrição ou radiografias];

2- Orçamentos e planos de tratamento gratuitos [Nota: não inclui estudos no âmbito das especialidades];

3- Aplicação de fluor ou jato de bicarbonato gratuitos [Nota: quando realizado em simultâneo com a destarização];

4- Instrução e motivação à higiene oral gratuitos;

5- Revisões semestrais e consultas de reavaliação gratuitas;

6- Restaurações provisórias em óxido de zinco gratuitas;

7- Desconto de 10 % nos tratamentos generalistas [endodontia, cirurgia, restauração, prevenção, estética, imagiologia, etc...];

8- Desconto de 5 % nos tratamentos de especialidades [Ortodontia, Implantologia e Prótese];

9- Facilidades nos pagamentos, sem qualquer acréscimo de custo [pagamentos às presta-

ções com 0% juros e sem outras taxas escondidas].

A Dentinhos e Dentes é uma empresa de prestação de serviços na área da Medicina Dentária e concede aos membros da Associação as vantagens referidas na cláusula anterior nos seguintes consultórios:

a) **Clínica Dentinhos e Dentes de Barcouço:**
Morada: Rua do Valsilgo, n.º 2 r/c A

Barcouço
3050-083 Mealhada
Contactos:
Telefone: 231 913 169
Telemóvel: 969 508 327
E-mail:
barcouco@dentinhos.pt

b) **Clínica Dentinhos e Dentes de Cadima:**
Morada: Largo C. Joaquim de Almeida, n.º 7 r/c

Cadima
3060-094 Cantanhede
Contactos:
Telefone: 231 422 028
Telemóvel: 969 508 326
E-mail: cadima@dentinhos.▲

Farmácia EUSIL

R. Barão de Sabrosa 104
1900-094 LISBOA
T. 218038023 F. 218121759
eusilpharma@gmail.com

Desconto de 15% nos medicamentos comparticipados de valor inferior a 50 Euros, para associados e familiares

Desconto de 20% nos produtos de venda livre e dermocosmética (*), para associados e familiares.

(*) São excluídos deste desconto produtos de alimentação neonatal e os que constem no protocolo da diabetes



Ideal Óptica da Malveira

Estrada Nacional 8, Edifício Salamanca Bloco A, R/c Dtº
Loja - 2665-258 Malveira
www.idealopticalmalveira.com
Tel./Fx: 219 660 377

Tm: 968 634 959 E-mail:
idealopticalmalveira@sapo.pt
Desconto de 30% em aros ou lentes oftálmicas.

Desconto de 20% em óculos de sol e lentes de contacto.

Consultas

- Optometria grátis (mediante marcação);

- Contactologia grátis (oferta 1º par);

- Rastreios auditivos grátis (mediante marcação);

- Medição da Tensão Ocular
Facilidades de pagamento sem juros.

PROTOSCOLOS PRESTES A CELEBRAR

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

Serão destinatários deste protocolo todos os associados pertencentes à ANS com alargamento ao seu agregado familiar.

Em casos de comprovada dificuldade económico-financeira poderão ser acordadas diferentes tabelas de preços, de acordo com negociação posteriormente estabelecida com a ANS para esse tipo de beneficiário.

SERVIÇOS A PROTOCOLAR:

Serviço de Teleassistência da CVP:

a) Proporcionar uma res-

1). Período de fidelização

Contrato de adesão, por um período mínimo de 12 meses, automaticamente renovado por igual período, se não for denunciado por carta registada, até 30 dias antes do seu termo, salvo situações devidamente justificáveis (falecimento, institucionalização).

Outros Serviços complementares

1 - Poderão os potenciais aderentes, incluir os SERVIÇOS de SAÚDE através do Serviço de Teleassistência com um custo mensal, acrescido às mensalidades Teleassistência. Os Serviços de Saúde têm como benefícios:

- Aconselhamento médico telefónico e assistência médica de urgência, disponível 24 horas por dia, gratuito e extensível ao agregado familiar;

- Transporte gratuito em situações de emergência e/ou após alta médica, desde que com indicação médica. Esta vantagem também é extensível ao agregado familiar;

- Enfermagem ao domicílio, previamente solicitada e com pagamento de taxas moderadoras de acordo com a tabela fornecida e com um desconto por cada tipo de serviço solicitado;

1800-233 Lisboa

1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia

■ Mestre Francisco Pereira
Orientação Vocacional e Profissional, Avaliação Psicológica, entre outras áreas.
Em Lisboa, junto à saída do Metro em São Sebastião TM - 913 120 007

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

■ QUERER SORRIR
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Pneus para Automóveis

■ Sulpneus
Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

Videoclube

■ CINETKA.COM
Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Aventuras Submersas

■ HALIOTIS
Av. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■ LUBIDENTE
Rua Professor Noronha Feio, 12-A
2795 Queijas

Psicólogo

■ José de Oliveira F. Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro,
Lt. 2-10.º C

Instituto Quintino Aires

Serviço de Psicologia e Neuropsicologia
www.quintinoaires.pt
Av. Almirante Reis 106-3º
1150-022 LISBOA
T. 218124226 quintinoaires@quintinoaires.pt
Rua Formosa 253-3ºD
4000-258 PORTO T. 222016312
porto@quintinoaires.pt
Desconto de 50% nos preços tabelados para associados e familiares.

Valle dos Reis

Residências Sénior Assistidas
www.valledosreis.com
Av. António dos Santos, n.º36
2000-074 SANTARÉM
T. 243377803 F.243377804
valledosreis@enfis.pt

Desconto de 5% na joia e mensalidade para associados e conjugue.

Emara Travel

Viagens e Turismo Lda.
Av. República 41-3º Sala 306,
1050-187 LISBOA
www.emaratravel.pt
T. 210995590 F.211918699
geral@emaratravel.pt
Desconto de 5% a 8% em vários Operadores Turísticos.
Desconto de 8 a 10% na programação própria.
Desconto de 6 a 8% em Rentacar.
Desconto de 8 a 10% em Hotelaria Nacional e Internacional.

Informa-te junto da ANS ▲

Protocolos ANS

Águas do Gerês - Hotel, Termas e Spa

Condições especiais
Contactos:
Tel: 253 391113/253 390190
ou info@TermasdoGeres.pt

Automóveis Escapes

■ ENTOESCAPES, LDA
Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios

■ GRACIAUTO
Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

O QUE NOS TÊM ROUBADO NO VENCIMENTO

A sucessão de reduções remuneratórias, aumentos de descontos, cortes e regressões, tem-se traduzido numa real redução do montante líquido que nos entra em casa mensalmente, de que vamos dando conta quando, no final do dinheiro, nos sobra cada vez mais mês... No entanto, poucos, ou quase nenhum de nós, se aperceberão, em concreto, do montante bruto real acumulado que, sorrateiramente, nos tem vindo a ser retirado. Decidiu a ANS elaborar um estudo simples e direto no sentido de apurar qual o montante bruto total de que cada um de nós foi e vai ser espoliado ao longo dos anos de 2011 e 2012.

Este estudo materializa-se na tabela anexa,

considerando-se como rendimento apenas a Remuneração Base e o Suplemento de Condição Militar, por serem apenas estes os elementos retributivos comuns a todos os militares. Partindo destes valores a 31 de Dezembro de 2010, vamos depois subtraindo os seguintes factores:

- A redução remuneratória variável entre 3,5% e 10%, aplicada desde 01JAN11;
- O acréscimo de 1% nos descontos para a CGA, em vigor também desde 01JAN01;
- A eliminação dos subsídios de férias e Natal durante o ano de 2012.

Não considerámos o desconto no subsídio de Natal de 2011, em virtude do mesmo se referir a uma contribuição extraordinária de 3,5% em sede de IRS, podendo esse montante, em muitos

dos casos, ser devolvido aquando da liquidação do imposto relativo a 2011. Por ser impossível conhecer todas as variantes, não foram igualmente tidos em consideração os valores das regressões remuneratórias, escandalosamente aplicadas a mais de quatro mil camaradas e respetivas famílias.

Para que possamos ter uma noção concreta de quanto nos foi retirado, indica-se o valor anual líquido do rendimento para os anos 2010, 2011 e 2012, bem como a sua representatividade percentual. Para finalizar, no último campo da tabela ficamos a saber qual o valor total bruto do que vamos contribuir para o Estado durante os anos de 2011 e 2012. ▲

Perda Remuneratória 2010/2012 de RBase+SCM
Tomando em consideração a redução remuneratória variável entre 3,5% e 10%, o acréscimo de 1% de desconto para a CGA e a eliminação dos Subsídios de férias e Natal de 2012

ANS-DESL	Posto	Esc.	Nível	Remuneração 2010			Remuneração 2011			Remuneração 2011			Perda Remuneratória acumulada			
				RBase	RBase+SCM	Valor anual líquido	Redução (-3,5 a 10%)		Acrescimo 1% CGA	Valor anual líquido	Eliminação Sub Férias e Natal (2xRBase+SCM)	Valor anual líquido	Perda Remuneratória Mensal 2010/2012	Perda Remuneratória Anual 2010/2012	% Redução Absoluta Anual 2010/2012	Perda Remuneratória Anual 2011+2012
							%	V mensal final bruto								
SMOR	2	32	2.076,84 €	2.523,25 €	33.325,30 €	0,092%	2.369,53 €	2.345,83 €	32.841,69 €	100%	4.739,06 €	28.302,63 €	513,92 €	-7.222,87 €	-20,45%	-9.706,69 €
SMOR	1	29	1.922,37 €	2.337,88 €	32.730,32 €	5,307%	2.213,82 €	2.191,68 €	30.683,53 €	100%	4.427,64 €	26.255,90 €	462,46 €	-6.474,42 €	-19,78%	-8.321,21 €
SCH	3	28	1.870,88 €	2.276,10 €	31.865,40 €	5,016%	2.161,92 €	2.140,30 €	29.964,27 €	100%	4.323,85 €	25.640,42 €	444,64 €	-6.224,98 €	-19,54%	-8.126,13 €
SCH	2	27	1.819,38 €	2.214,30 €	31.000,39 €	4,710%	2.110,01 €	2.088,91 €	29.244,77 €	100%	4.220,02 €	25.024,74 €	426,82 €	-5.975,46 €	-19,28%	-7.730,89 €
SCH	1	26	1.767,89 €	2.152,51 €	30.135,34 €	4,386%	2.058,11 €	2.037,53 €	28.525,38 €	100%	4.116,22 €	24.409,17 €	409,00 €	-5.725,97 €	-19,00%	-7.335,73 €
SAJ	4	25	1.716,40 €	2.090,72 €	29.270,08 €	4,042%	2.006,20 €	1.980,14 €	27.806,00 €	100%	4.012,41 €	23.793,59 €	392,18 €	-5.476,49 €	-18,71%	-6.340,57 €
SAJ	3	24	1.664,91 €	2.028,93 €	28.402,02 €	3,678%	1.954,30 €	1.934,76 €	27.086,61 €	100%	3.908,60 €	23.178,01 €	373,36 €	-5.227,01 €	-18,40%	-6.549,41 €
SAJ	2	23	1.613,42 €	1.967,14 €	27.539,96 €	3,500%	1.898,29 €	1.879,31 €	26.310,30 €	100%	3.796,58 €	22.513,72 €	359,02 €	-5.026,24 €	-18,25%	-6.255,90 €
SAJ	1	22	1.561,92 €	1.905,34 €	26.679,76 €	3,500%	1.838,65 €	1.820,27 €	25.483,71 €	100%	3.677,31 €	21.806,43 €	347,74 €	-4.868,33 €	-18,25%	-6.098,36 €
LSAR	4	21	1.510,63 €	1.843,56 €	25.809,84 €	3,500%	1.779,04 €	1.761,25 €	24.657,43 €	100%	3.558,07 €	21.099,36 €	336,46 €	-4.710,48 €	-18,25%	-5.862,89 €
LSAR	3	20	1.458,94 €	1.781,77 €	24.944,78 €	3,500%	1.719,41 €	1.702,21 €	23.831,00 €	100%	3.438,82 €	20.392,18 €	325,10 €	-4.552,60 €	-18,25%	-5.666,38 €
LSAR	2	19	1.407,45 €	1.719,98 €	24.079,72 €	3,500%	1.669,78 €	1.643,18 €	23.004,56 €	100%	3.319,50 €	19.685,00 €	313,91 €	-4.394,72 €	-18,25%	-5.469,88 €
LSAR	1	18	1.355,96 €	1.658,19 €	23.214,66 €	3,500%	1.600,15 €	1.584,13 €	22.178,13 €	100%	3.200,31 €	18.977,82 €	302,63 €	-4.236,84 €	-18,25%	-5.273,38 €
2SAR	2	17	1.304,46 €	1.596,39 €	22.349,60 €	3,500%	1.540,52 €	1.525,11 €	21.351,56 €	100%	3.081,03 €	18.270,52 €	291,35 €	-4.078,94 €	-18,25%	-5.076,84 €
2SAR	1	16	1.252,97 €	1.534,60 €	21.484,54 €	3,500%	1.500,00 €	1.485,00 €	20.790,00 €	100%	3.000,00 €	17.790,00 €	283,89 €	-3.899,40 €	-17,20%	-4.380,80 €
SSAR/FUR	3	11	999,51 €	1.223,65 €	17.330,30 €	0,000%	1.223,65 €	1.213,39 €	16.987,51 €	100%	2.451,30 €	14.536,21 €	187,35 €	-2.622,89 €	-15,29%	-2.794,68 €
SSAR/FUR	2	10	944,02 €	1.163,86 €	16.294,04 €	0,000%	1.163,86 €	1.152,22 €	16.151,10 €	100%	2.327,72 €	13.823,38 €	177,90 €	-2.480,66 €	-15,29%	-2.653,60 €
SSAR/FUR	1	9	892,53 €	1.102,08 €	15.429,12 €	0,000%	1.102,08 €	1.091,06 €	15.274,83 €	100%	2.204,16 €	13.070,67 €	168,46 €	-2.338,45 €	-15,29%	-2.512,74 €
2SSAR/2FUR	1	7	789,54 €	978,49 €	13.676,84 €	0,000%	978,49 €	968,71 €	13.561,87 €	85%	1.665,36 €	11.896,51 €	128,74 €	-1.802,35 €	-13,10%	-1.935,34 €

RBase - Remuneração Base
SCM - Suplemento de Condição Militar
CGA - Caixa Geral de Aposentações

ANS e AP promovem reunião de Militares RC

Vai realizar-se no próximo dia 25 de setembro, em Lisboa, uma reunião com militares que prestam serviço nas Forças Armadas em Regime de Contrato (RC), uma iniciativa da ANS e da AP- Associação de Praças.

A decisão pela necessidade desta reunião prende-se com as inúmeras situações de falta de cumprimento de normas vigentes na lei do Regime de Incentivos, com irregularidades diversas que afetam profundamente os jovens militares, independentemente da categoria em que se encontram, Praças, Sargentos ou Oficiais. Militares são todos aqueles que servem o País nas Forças Armadas, independentemente da situação, forma de prestação de serviço, ramo, ou categoria.

Muitas destas questões vêm sendo trazidas pelos dirigentes associativos à tutela política, bem como às chefias militares, desde há vários anos, nas audiências concedidas. Apesar dos inúmeros alertas, há matérias que continuam por resolver, ou a ter aplicação que não está conforme com o disposto nas normas que regulamentam a prestação de serviço em Regime de Contrato, razões que estão na origem de inúmeros processos judiciais por parte de militares ainda no cumprimento do seu contrato ou que entretanto se tenham já desvinculado das Forças Armadas. ▲



**ENCONTRO DE MILITARES
EM REGIME DE CONTRATO**

Dia 25 de Setembro - Casa do Alentejo - 18H00

**Pelo cumprimento do Regulamento de Incentivos!
Por uma Carreira, Pelo Futuro!**

Vem defender os teus DIREITOS!
Participa, traz um amigo!